

'Moratória continuará'

BRASÍLIA AGÊNCIA ESTADO

A moratória não vai acabar, mesmo que os negociadores brasileiros que estão em Nova York cheguem a um acordo preliminar com o comitê de bancos credores. A informação é de uma fonte do Ministério da Fazenda, que conversou ontem com o principal negociador brasileiro, Fernão Bracher. A fonte disse ainda que não se deve esperar um acordo, mesmo preliminar, antes do final da semana.

O governo brasileiro quer limitar o "pagamento simbólico", que poderia fazer parte do acordo preliminar, a US\$ 500 milhões — 100 a mais do que foi admitido por Bracher antes de embarcar para os Estados Unidos — informou também a fonte. Mas poderá ser negociado um segundo pagamento, em quantia a ser definida ainda, que seria feito no momento da assinatura de um acordo de longo prazo, envolvendo o total da dívida. Esse acordo de longo prazo seria a consequência natural do fechamento de um acordo preliminar agora, e marcaria, aí sim, o final da moratória. Mas é assunto para dois ou três meses mais de negociações, diz a fonte.

Enquanto isso, o governo brasileiro mantém suas posições conhecidas, na discussão do acordo prelimi-

nar — desvinculação do Fundo Monetário Internacional, a aceitação, por parte dos bancos credores, da proposta de conversão voluntária de parte da dívida em títulos. A fonte afirma que é possível que o "pagamento simbólico", se vier realmente a ser feito, tome a forma de um depósito em caução, numa instituição financeira internacional, conforme proposta de negociação atribuída ao governo norte-americano. Nesse caso, o dinheiro não estaria imediatamente disponível para os bancos credores, e o acordo preliminar seria pouco mais que uma dupla declaração de intenções — do Brasil, de que está disposto a retomar os pagamentos dos juros da dívida aos credores, de que aceitam discutir um acordo de longo prazo, sem interferência do FMI, e incluindo a chamada "securitização".

O governo brasileiro considera fundamental a manutenção da moratória, como arma de pressão sobre os credores, lembra a fonte. Não interessaria ao Brasil um acordo preliminar que pressuponha o fim imediato da moratória. Ela é um trunfo que deve ser preservado. E não pode ser esvaziada em troca de benefícios de curto prazo. No momento, os negociadores brasileiros estão esperando a resposta dos bancos às observações que fizeram sobre a proposta do governo norte-americano, apresentada na semana passada.